

Otimismo na discussão de um novo modelo de negociação da dívida

por Celso Pinto
de Brasília

Há uma crescente expectativa na área econômica do governo de que possa haver um avanço qualitativo, neste ano, no processo de renegociação da dívida externa. Em parte, esta expectativa baseia-se na convicção de que o modelo atual não poderá ser uma solução duradoura; em outra parte, apóia-se na constatação de que há mais espaço entre os credores para discutir esta questão.

A Secretaria do Planejamento, por exemplo, acaba de concluir um estudo em que projeta o cenário econômico latino-americano, mantidas as atuais condições de negociação da dívida externa. Já em 1990, será preciso gerar um saldo comercial conjunto de US\$ 35 bilhões, mais de um terço no Brasil. Ampliada esta necessidade aos principais países endividados, fica claro que o pagamento em dia dos juros aos bancos internacionais exigirá dos países desenvolvidos a capacidade de sustentar déficits comerciais cada vez mais amplos com os países devedores.

O argumento não é propriamente original no pensamento de oposição, mas não deixa de ser novidade ao partir de Brasília. Da mesma forma, os economistas do governo incorporaram em sua análise a crítica oposicionista de que nenhum país em desenvolvimento, como o Brasil, pode sustentar transferências líquidas crescentes de recursos para os países desenvolvidos. Em 1983, esta transferência deve ter ficado próxima a US\$ 4 bilhões; neste ano deverá superar US\$ 5 bilhões. Persistindo o mesmo modelo de negociação da dívida, a cada ano o país, carente de recursos, terá de ser "doador" líquido crescente de capitais para países desenvolvidos.

RECESSÃO

Um terceiro ponto em que há um consenso entre a expectativa governamental e a da oposição é sobre a resistência do País ao processo recessivo. Todos concordam em que não é simplesmente possível imaginar para 1985 uma perspectiva de queda do produto ou mesmo de estagnação econômica. E preciso que haja alguma retomada do cres-

cimento e, para isto, a equação externa terá de ser compatível.

Parte do ânimo governamental em levantar estes temas vem de uma maior segurança na execução do programa econômico. O País começou a cumprir algumas metas acertadas para a economia e, com isto, melhorou um pouco sua credibilidade externa. Isto é perceptível, por exemplo, em relação ao governo norte-americano que, durante muito tempo, manteve uma atitude célica e crítica sobre o programa brasileiro, apesar de seu apoio político ao País.

Além disto, como lembra uma fonte governamental, desapareceu o pânico entre os grandes credores. De uma forma geral, já não se trabalha com a possibilidade de uma ruptura iminente no sistema financeiro internacional e isto abre maior espaço para a discussão do modelo de negociação externa. Objetivamente, alguns temas que haviam sido banidos das mesas de conversas entre os credores e o governo brasileiro já podem ser discutidos sem provocar irritações.

JUROS

Não há, por enquanto, um quadro nítido sobre os pontos onde seria possível avançar. E certo, contudo, que o modelo teria de passar por algum tipo de limitação no pagamento de juros para que se pudesse considerá-lo aprimorado em substância.

A postura oficial do go-

verno norte-americano, reafirmada recentemente, no Brasil, pelo subsecretário do Tesouro, Beryl Sprinkel, é que o modelo atual tem funcionado a contento e não deve ser alterado. A visão predominante é que, desde que o Brasil possa apresentar bons resultados econômicos, se credenciará a obter maiores prazos e menores juros, e isto é tudo a que pode aspirar.

De toda forma, é notório que alguns bancos, especialmente europeus, aceitam avançar além desta colocação, assim como alguns governos desenvolvidos. Da mesma forma, entre as instituições multila-

terais, conta-se pelo menos com a compreensão do Banco Mundial para este equacionamento de mais longo prazo.

Uma limitação óbvia a esta discussão é a indefinição no quadro da sucessão presidencial. E natural que os credores reservem uma dose maior de condescendência a um governo recém-empossado, e não a uma administração que se encerra. Seja como for, há mais otimismo, e em Brasília, de que algo mais positivo possa ser obtido nesta negociação que deverá ganhar força já a partir do segundo trimestre deste ano.